

RETOMAR O PASSADO E RECUPERAR OS TERRITÓRIOS

CLÉMENTINE MARÉCHAL¹

IEB, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-5676-3985>

DANIELA FERNANDES ALARCON²

MPI, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-7697-478X>

VINÍCIUS COSMOS BENVEGNÚ³

ICM-BIO, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-4288-8269>

RESUMO: *Este dossiê reúne artigos que analisam processos de mobilização social e recuperação territorial levados a cabo por povos indígenas. Conectados a uma agenda de pesquisa que vem ganhando destaque nos últimos anos, os trabalhos destacam as relações entre ação política, memória, território e xamanismo. Para muitos povos indígenas, as estratégias de recuperação ou defesa territorial conectam passado, presente e futuro, uma vez que os territórios inspiram e criam condições para projetos coletivos. É neles que se escolhe viver para construir um horizonte de vida digna para esta e as próximas gerações.*

PALAVRAS-CHAVE: *Povos indígenas, mobilização social, recuperação territorial.*

ABSTRACT: *This dossier brings together articles that focus on processes of social mobilization and territorial recovery carried out by Indigenous peoples. In dialogue with a research agenda that has emerged in recent years, these studies emphasize connections between political action, memory, territory and shamanism. For many Indigenous peoples, strategies for retaking and defending their territories connect past, present and future, as territories inspire and create the conditions for collective projects. Indigenous peoples choose to live in these territories in order to build perspectives of dignified life for this and the next generations.*

KEYWORDS: *Indigenous peoples, social mobilization, territorial recovery.*

¹ Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Analista socioambiental no Instituto Internacional de Educação do Brasil. E-mail: clementine.marechal08@gmail.com

² Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), onde atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado. Coordenadora-Geral de Formação no Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). E-mail: alarcon.df@gmail.com

³ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Servidor Público Federal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no Parque Nacional do Cabo Orange no município de Oiapoque/AP. E-mail: vcbenvegnu@yahoo.com.br

A luta, naquela época, era a autodemarcação; não se esperava pelo governo. Na tarde de 22 de abril de 2024, em Brasília (Distrito Federal), iniciando-se a vigésima edição do Acampamento Terra Livre (ATL), Kretã Kaingang se dirigiu à plenária que começava a ser ocupada por delegações indígenas de todo o país, rememorando as retomadas de terras realizadas na região Sul a partir da década de 1970. Tornou presente seu pai, Ângelo Kretã, uma das principais lideranças do então nascente movimento indígena contemporâneo, assassinado em 1980, quando Kretã Kaingang tinha apenas oito anos de idade⁴. Em seguida, clamou aos parentes: é preciso retomar o passado e recuperar os territórios. É preciso, mais uma vez, pôr peso na ação direta.

Lida no mesmo dia, a “Carta dos Povos Indígenas do Brasil aos Três Poderes do Estado” destacou a necessidade, inapelável e urgente, de efetivação dos direitos territoriais dos povos indígenas, denunciando concomitantemente a omissão e morosidade do poder público. “Em recente declaração do presidente [Luiz Inácio] Lula [da Silva], foi mencionado que os governadores precisam de ‘um tempo’ para negociar sobre as demarcações de terras indígenas⁵. Mas e o nosso tempo, os tempos dos povos indígenas? Nosso tempo é agora, urgente e inadiável”. Para Kretã Kaingang, é preciso instilar no tempo presente a vitalidade de outros tempos de luta, invocando os antepassados e a coragem dos povos indígenas na consecução de seus projetos coletivos. É preciso avivar recordações que impulsionem a luta. Contra os desvãos do tempo administrativo, do tempo jurídico e de outras temporalidades porosas ao poder colonial, emerge o tempo das retomadas e autodemarcações, ontem e hoje.

Neste número da revista *Espaço Ameríndio*, temos o prazer de apresentar artigos que analisam processos de mobilização social e recuperação territorial levados a cabo por povos indígenas, que, por meio de formas próprias de ação política, problematizam as relações com os Estados nacionais e suas políticas indigenistas. Aprofundar nossos conhecimentos sobre o repertório de formas de ação política engendradas pelos povos indígenas na conquista e defesa de seus direitos territoriais, partindo do exame detido de casos concretos, é nosso objetivo principal. A diversidade de trabalhos reunidos no dossiê deixa ver tanto especificidades de cada processo de luta – antecedentes, estratégias, sujeitos implicados e outros aspectos – como também linhas comuns, que extrapolam contextos determinados e nos permitem avançar em proposições interpretativas mais amplas.

⁴ Após receber muitas ameaças de mortes, Ângelo Kretã foi morto em um acidente de carro forjado, no dia 29 de janeiro de 1980, quando tinha somente 37 anos (Maréchal, 2021, p. 496).

⁵ Alusão à justificativa do presidente Lula para a homologação de apenas duas terras indígenas (TIs) em 18 de abril de 2024, em lugar das seis que se esperava. Naquela data, em sua conta oficial na rede social X, ele publicou: “Sei que vocês estão apreensivos e esperavam a demarcação de seis terras indígenas. Mas agora só anunciamos duas. E estou sendo verdadeiro com vocês. Algumas dessas terras que faltam estão ocupadas ou por fazendeiros ou por camponeses. Não podemos chegar sem dar uma alternativa a essas pessoas. Alguns governadores pediram um tempo para solucionar, de forma negociada, a desocupação desses territórios para que possamos demarcar. Para vocês terem tranquilidade e não serem surpreendidos, no futuro, com reversão no judiciário”.

As retomadas de terras e autodemarcações – ou ainda, mais amplamente, os processos de recuperação territorial em geral – têm se destacado na conformação de um campo de pesquisa relativamente novo nos estudos antropológicos no Brasil (Alarcon, 2022; Pacheco de Oliveira, 2022). Foi sobretudo a partir das décadas de 2010 e 2020 que tal vertente de investigação começou a se consolidar. Alguns autores enxergam os movimentos de recuperação territorial como ações diretas de caráter anti ou decolonial (Souza, 2019; Maréchal, 2021), levadas a cabo em um quadro de descumprimento pelo Estado de suas responsabilidades constitucionais relativas à demarcação de terras indígenas (TIs), junto à prevalência de políticas indigenistas pautadas pela dinâmica do “progresso” e por uma visão hegemônica de desenvolvimento, provocando, conseqüentemente, uma perpetuação do esbulho e da diáspora. Ao mesmo tempo, tais ações não se restringem aos limites estreitos da interlocução com o Estado – isto é, não são apenas instrumentos de pressão para fazer avançar a regularização fundiária e a garantia de outros direitos –, desencadeando processos sociais de ampla repercussão, capazes de alterar relações de poder cristalizadas historicamente (Alarcon, 2019).

Embora componham vocabulário partilhado por diversos grupos indígenas, gozando de ampla legitimidade, tais categorias – retomadas, autodemarcações e outras associadas – carregam significados maiores e mais específicos para cada população e cada situação histórica (Maréchal, 2021). Por exemplo, para os Guarani e Kaiowa, no sul de Mato Grosso do Sul, a ação de retomada, *jaike jevy*, faz referência ao ato de “entrar, ocupar, enfrentar ou afrontar novamente”. Conforme explica o antropólogo Kaiowa Tônico Benites (2014, p. 233), essa tática de reocupação dos territórios tradicionais “é sempre o resultado da articulação política e da luta religiosa de lideranças das famílias extensas para retornar aos seus antigos espaços territoriais”. Já para o antropólogo Tuxá Felipe Cruz (2021), a autodemarcação da TI D’zorobabé, no oeste da Bahia, deve ser enxergada como um ideal de justiça, que se inscreve em um ato de subversão do poder. Jurema Souza (2019), por sua vez, nos explica que, na visão dos Pataxó Hãhãhã que vivem na TI Caramuru-Catarina Paraguassu, no sul do mesmo estado, para “fazer a terra aparecer”, é necessário expulsar os fazendeiros que a exploram. Para concluir esta breve enumeração com mais um entre tantos exemplos possíveis, para os Munduruku, no oeste do Pará, propõe Rosamaria Loures (2017), a autodemarcação de Daje Kapap Eipi (TI Sawre Muybu) está diretamente associada à constituição de um “governo próprio”, referido como Governo Karodaybi, em alusão a uma entidade importante da cosmologia daquele povo.

Esses e outros processos de recuperação territorial têm como substrato comum a ideia de que a terra que se retoma não é qualquer uma: trata-se de uma terra com história, conectada com os antepassados e com entidades não humanas, inscrita na memória compartilhada entre as famílias e grupos que a recuperam. Ainda, esses territórios carregam as potencialidades de projetos coletivos, pois é neles que se escolhe viver para construir um futuro digno para esta e as futuras gerações. Não é

casualidade que as recuperações territoriais sejam acompanhadas pelo fortalecimento de atividades tradicionais que fomentam a valorização das práticas e meios de vida ancestrais dessas coletividades. Na mesma direção, em diversos contextos é palpável a melhoria das condições de vida, expressa, a depender do caso, em aumento da renda, superação de situações de extrema insegurança alimentar ou ruptura com sistemas de exploração da mão de obra indígena, frequentemente envolvendo trabalho em condições análogas à escravidão. Vale destacar ainda as conexões entre essas iniciativas e dinâmicas de recuperação ambiental, bem como o fortalecimento de processos autônômicos ligados principalmente à saúde, educação e economia.

Os artigos do presente dossiê focalizam processos históricos permeados por narrativas coletivas e individuais, que chamam atenção para a importância da memória na construção de projetos de futuro que desafiam a ordem imposta. Trata-se de uma “memória produzida na luta”, em que “[a] luta não é apenas objeto das histórias, mas sua condição de existência” (Alarcon, 2022, p. 51). Os processos de recuperação territorial e autodemarcação, longe de expressarem uma “volta ao passado”, são realizações criativas, experimentos práticos que desestabilizam a reprodução da dominação colonial. São processos referenciados em um horizonte compartilhado, que abrange tanto o sofrimento vivido em decorrência dos processos de esbulho quanto as lembranças e saberes associados aos modos de vida e às práticas territoriais dos antepassados, tornando presente um tempo em que o território ainda era livre de invasores. Nesse sentido, a discussão sobre processos de mobilização social e recuperação de territórios indígenas nos leva a refletir sobre a relação estreita entre antropologia e história.

Os processos históricos que envolvem a recuperação de territórios indígenas estão imbricados pela memória social, compreendendo o aprendizado, rememoração e transmissão de lembranças em âmbitos mais ou menos privados ou coletivos, através de gerações ou entre coetâneos. Maurice Halbwachs (1990) propõe que tanto memória individual como memória coletiva dizem respeito às lembranças das experiências vivas que operam nas dinâmicas dos grupos sociais. Para o autor, a memória individual é sistematicamente influenciada pelo contexto social no qual o indivíduo se insere. Nesse sentido, a memória tida como individual deve ser entendida como um processo de construção coletiva dos fatos a serem guardados (Halbwachs, 1990, p. 49). Nos processos em que nos debruçamos neste dossiê, o trabalho da memória (Bosi, 1994) se associa diretamente à recuperação territorial – o que é palpável, por exemplo, no desbloqueio de memórias inscritas em porções determinadas da terra, operado pela retomada de áreas específicas, e na intensificação de circuitos de partilha de lembranças associado à mobilização dos parentes, no seio da ação política. Assim, as recuperações dos territórios indígenas se articulam com a retomada de uma memória que ativa tanto as lembranças do esbulho como as das lutas travadas pelos antepassados, e das suas trajetórias e formas de reprodução da vida.

Outro elemento importante das proposições de Halbwachs é a diferenciação entre as noções de “memória coletiva” e “memória histórica”. Para o autor, a memória histórica produz imagens unas a partir da descontinuidade dos fatos históricos; na história, “o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que, no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada” (Halbwachs, 1990, p. 85). A memória coletiva, por sua vez, é caracterizada pela diversidade: “há, com efeito, muitas memórias coletivas” (Halbwachs, 1990, p. 85). Mas, principalmente, pela continuidade e perenidade no interior do grupo social. A memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que de nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 1990, p. 81). Aqui, fica evidente a potência mobilizatória da memória social – inclusive, na desestabilização da história oficial. O que nos permite acessar as dinâmicas da memória social, em sua complexidade, é precisamente a existência daquelas e daqueles que narram. Quando compreendidas enquanto localizadas temporal e socialmente (Hall, 2006), as narrativas passam a ser elos que conectam história, memória e experiências vividas. Tal proposição conflui com o entendimento de Benjamin (1987) de que as narrativas são perenes, por estarem carregadas pelas experiências que passam de pessoa para pessoa.

Memória e narrativa são elementos que constituem a interface entre antropologia e história, que vem se consolidando enquanto um campo de estudos convencionalmente referido como antropologia histórica (Pacheco de Oliveira, 1999, 2016)⁶. Um de seus principais traços é o esforço para ampliar a compreensão de eventos sociais concretos, buscando se contrapor a visões puramente sincrônicas e a-históricas – e, importante frisar, um tanto essencialistas – em torno dos povos indígenas. Entre os pressupostos que orientam a antropologia histórica, destaca-se a defesa de uma abordagem processualista dos eventos sociais, que, ao evidenciar situações específicas, pode revelar as razões práticas e concretas dos sujeitos históricos (Bensa, 2017).

No campo da antropologia histórica, a noção de “situação histórica” (Pacheco de Oliveira, 2015, 2016) é um instrumento útil na operacionalização de análises e reflexões sobre os eventos sociais examinados. Ao lançar mão dessa noção, a pesquisadora e o pesquisador buscam o exercício de organizar, descrever e analisar como, em dado contexto histórico, determinado grupo de atores sociais se relaciona e organiza a distribuição de poder entre si, evitando modelos historiográficos comuns, como as ideias de fases ou etapas históricas. Para Pacheco de Oliveira (2015, p. 50), a noção de situação histórica possui uma vantagem, particularmente pertinente para os processos que enfocamos neste dossiê:

⁶ João Pacheco de Oliveira (2016, p. 31) arrola alguns autores cujos trabalhos constituem esse campo de estudos. Entre eles, pode-se citar Jean Bazin, Alban Bensa, Bernard Cohn, Achille Mbembe, Eric Wolf, Johannes Fabian, George Marcus, James Clifford, Jean e John Comaroff, e Veena Das.

[...] a sua adequação ao estudo das transformações históricas, possibilitando, através da comparação de duas situações, uma descrição teórica da própria mudança social, permitindo indicar com clareza as alterações nas relações políticas entre os atores e qual a composição de interesses que essa nova situação representa e procura articular.

Nesse sentido, as retomadas, autodemarcações e outros casos de defesa territorial apresentados nos artigos a seguir constituem processos que estão além do tempo presente. Mobilizando eventos pretéritos e delineando futuros possíveis, eles se relacionam a transformações históricas que devem ser analisadas, no quadro da visão de mundo e das historicidades indígenas, como processos de renovação e permanência (Bensa, 2017).

Trata-se de historicizar a etnografia (Bensa, 1998), dando mais atenção, por exemplo, aos modos como os dados etnográficos são constituídos. Essa perspectiva remonta a diálogos entre antropólogos e algumas correntes da história, como a micro-história (Bensa, 1998) e a história cultural ou das minúcias (Comaroff & Comaroff, 2010), que busca evitar uma história realista ou essencialista. A questão é “mostrar *como* elas [histórias] são construídas” (Comaroff & Comaroff, 2010, p. 25, grifos deles). Isso se relaciona ao estabelecimento de uma abordagem diacrônica dos eventos na constituição dos dados etnográficos, em que devem ser observados o contexto, a temporalidade e a escala em que eles são produzidos. Tal proposição vai ao encontro da noção de situação etnográfica, que postula que o etnógrafo deve tratar seus dados empíricos enquanto um conjunto de relações sociais constituídas entre ele e os interlocutores em campo.

Desse modo, se parte da antropologia passou a levar em conta elementos importantes da micro-história e história cultural, o fazer historiográfico também foi afetado pela antropologia. Conforme Comaroff e Comaroff (2010, p. 20),

tudo que o historiador da cultura pode “ver” são os fragmentos dispersos de uma época – exatamente como o etnógrafo “vê” apenas fragmentos de um campo cultural. Ainda assim, a ideia de recuperar esses fragmentos – sejam eles indivíduos ou eventos – é “conect[á-los] a um entorno e a uma *sociedade historicamente determinados*”. (grifos nossos).

Particularmente, a historiografia sobre os povos indígenas no Brasil tem passado por transformações significativas desde a década de 1970, quando algumas historiadoras e historiadores começaram a repensar a presença indígena na história, naquilo que será conhecido como “nova história indígena”. Se, antes, a historiografia hegemônica olhava para os

indígenas a partir de categorias como a de “índio genérico”⁷, que apagava as especificidades culturais e históricas de cada grupo, essa nova abordagem se preocupou em trazer os indígenas para os textos enquanto sujeitos históricos com ações próprias na realidade em que viviam. Foi, sobretudo, o diálogo com a antropologia, assim como a emergência do movimento indígena contemporâneo, que possibilitaram a desconstrução do “índio genérico” e de outras categorias discriminatórias.

Outro elemento importante, pano de fundo de muitos processos apresentados neste dossiê, é o fato de que indivíduos e coletividades frequentemente tratados pela antropologia e pela história como objetos passaram a receber atenção como sujeitos, ocupando espaços sociais antes bloqueados. A visão estratégica de lideranças e intelectuais indígenas estabeleceu a ampliação da presença de estudantes indígenas nos espaços acadêmicos como via de ação prioritária. Nas duas últimas décadas, temos assistido à publicação de teses de doutorado em diferentes áreas do conhecimento, produzidas por indígenas pertencentes a povos de diversas regiões do país (Nascimento, 2009; Benites, 2014; Monzilar, 2019; Amado, 2020; Cruz, 2021; Schild, 2023; para citar apenas alguns). Pesquisando e escrevendo suas próprias histórias, entrelaçadas às de suas comunidades, esses autores trazem novos contornos e pontos de vista para as discussões, inclusive sobre processos de mobilização e recuperação territorial.

Como destaca Alarcon (2022), as retomadas se inscrevem em processos de disputa com a memória oficial e a historiografia hegemônica, propiciando uma reescrita da história, liderada pelos sujeitos mobilizados, no seio da prática política. Pesquisando profunda e coletivamente suas trajetórias, inclusive interrogando-a em suas dimensões cosmológicas, esses povos encontram fundamentos e significados que sustentam, mesmo juridicamente, a permanência em seus territórios ancestrais. É nesse sentido que as retomadas devem ser consideradas, a um só tempo, lugares de retorno e pontos de partida para a construção e reconstrução de modos de vida que são produtos de uma historicidade particular e que incluem interações com diversos atores da sociedade brasileira (Maréchal, 2021).

Os despertares indígenas (Amado, 2020) apontam para a conexão entre território, experiências vividas e lembranças – como vimos, na perspectiva de uma memória construída na luta. Nesses processos, retornam e revivem nos territórios agentes humanos (parentes vivos e mortos, compadres, vizinhos, aliados) e extra-humanos (encantados, visagens, espíritos, animais, plantas), enquanto são construídos, cotidianamente, projetos de vida coletivos. Emergem, então, alternativas políticas, econômicas, educacionais e culturais concretas, criando rupturas nos processos históricos de dominação e exploração. Nesses contextos, é central o papel das lideranças religiosas, destacado por autores que se dedicaram a analisar processos de recuperação territorial

⁷ Contudo, conforme João Pacheco de Oliveira (2016, p. 77-78), a categoria de índio genérico tampouco deve ser entendida como una e monolítica. Ao contrário, deve ser tomada como “um repositório de inúmeras imagens e significados, engendrados por diferentes formações discursivas, e acionados em contextos históricos variados”.

nos últimos anos (Alarcon, 2019, 2022; Benites, 2014; Loures, 2017; Maréchal & Hermann, 2018). Essas lideranças – que foram historicamente perseguidas, tendo suas práticas proibidas através de diferentes expressões do poder colonial – passam a se reafirmar e se fortalecer nos contextos de recuperação territorial, dos quais muitas vezes são as protagonistas.

Tais lideranças têm papel fundamental nas ações diretas de recuperação ou defesa do território, uma vez que, através da sua conexão com seres e forças não humanas, conseguem determinar, em conjunto com outras lideranças, as melhores estratégias políticas. Além disso, são imprescindíveis para a manutenção dos indígenas nos territórios recuperados e na consolidação de projetos de vida que surgem no decorrer da ação política. Vários artigos deste dossiê também destacam a existência de uma conexão entre luta pela terra e sistemas xamânicos, reforçando, então, a relação entre política e xamanismo no modo de atuar plasmado nas retomadas e em outros processos de mobilização indígena. A conexão entre xamanismo e política se expressa ainda, de forma significativa, na atuação de lideranças xamânicas, que defendem publicamente, inclusive no plano internacional, uma atuação dos governos em prol da demarcação das TIs, assim como da proteção dos biomas e de seus habitantes. Essa forma de atuar, por meio da qual se obtém visibilidade para as lutas travadas nos territórios, articula-se com a participação indígena em outros espaços estratégicos de incidência política.

Os avanços concretos obtidos por povos indígenas em processos de recuperação e defesa de seus territórios, mesmo diante de correlações de forças sumamente adversas, contribuíram para fortalecê-los, especialmente em sua capacidade de incidência política. Cabe destacar que eles foram um dos segmentos da sociedade brasileira mais mobilizados no enfrentamento ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que executou uma política genocida, fortemente anti-indígena. Entre outras estratégias delineadas pelo movimento indígena para fazer frente ao governo de extrema-direita, somaram-se esforços para “aldear a política”, buscando ocupar espaços na política institucional. Com a eleição de Lula, logrou-se a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), ao passo que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), devidamente renomeada, e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) passaram a ser conduzidas por lideranças indígenas. Esses eventos mostraram avanços estruturais na política indigenista do país no sentido da inclusão e participação social efetiva dos povos indígenas no âmbito estatal, convergindo com o lema “Nunca mais um Brasil sem nós”, hoje replicado pelos órgãos indigenistas oficiais.

Tais transformações são ainda muito recentes, restando pendentes balanços mais refletidos, conforme as experiências se consolidem. Algumas questões, contudo, já se delineiam, em alguns casos ecoando perguntas que já estavam postas. Em que medida avanços institucionais podem criar ou manter condições para outras formas de ação indígena, inclusive centradas na ação direta? Uma eventual priorização da presença no Estado poderia, eventualmente, desencadear efeitos opostos? É

possível alcançar uma autonomia plena dos povos indígenas alicerçada na mesma estrutura que, historicamente, oprime, explora e domina seus corpos e territórios em favor da expansão do capitalismo e do desenvolvimentismo? Podem os povos indígenas, de fato, transformar o Estado? Em outros países da América Latina, experiências de autogoverno vividas, por exemplo, pelos Zapatistas, no México (Baronnet, 2009; Brancalone, 2015; Gutiérrez Luna, 2017), pelos Wampis, no Peru (Bonecini de Almeida, 2022), ou pelos Nasa e Misaq, na Colômbia, nos inspiram a pensar criticamente as potencialidades e limitações de formas de atuação indígena que priorizem a ocupação de espaços no Estado, e, de outra parte, o potencial emancipador e decolonial de experiências como as focalizadas nesta edição.

O primeiro artigo do dossiê “Recuperação territorial face à financeirização da terra e às zonas de exceção do Capital e do Estado: retomadas e autodemarcações em defesa da vida”, de Gislaine Monfort e Laura Gislotti, aborda as relações entre o Estado e o capital, bem como suas atualizações, em uma análise da financeirização da terra. Exemplificando a colaboração dos governos no desenvolvimento de grandes empreendimentos que destroem os territórios indígenas, as autoras destacam o papel do Estado para a continuidade de dinâmicas de superexploração e usurpação em face aos povos indígenas. Frente ao inconciliável, povos originários em toda América Latina se levantam e constroem sua autonomia, rompendo os cercos instituídos e perpetuados pelo Estado e pelo capital. Revisando a literatura, as autoras trazem exemplos de lutas por autonomia travadas por povos originários da região. São resgatadas experiências – infelizmente pouco conhecidas no Brasil – dos Mapuche, na Patagônia, entre Chile e Argentina, e do povo Ka’apor da TI Alto Turiaçu, situada nos municípios de Araguañã, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, no Maranhão, e Paragominas, no Pará. Estes últimos criaram seus próprios mecanismos de autodefesa e governança para enfrentar as invasões de madeireiros e outras ameaças a seu território. As autoras nos mostram também como as retomadas são verdadeiros processos de aprendizagem para os jovens indígenas Kaiowá e Guarani da Aty Jovem, que nelas aprendem a defender seus *tekoha* e proteger seu *ñandereko*.

Através de uma escrita e um posicionamento engajados, “Assembleias e retomadas Kaiowa e Guarani: caminhos de luta e resistência/reexistência originária”, de Lucas Luis de Faria e Catia Paranhos Martins, aborda a resistência e a reexistência Kaiowa e Guarani a partir de dois aspectos: as Grandes Assembleias e a retomada dos *tekoha*, ambas protagonizadas pela Aty Guasu. Os processos e estratégias de luta desse povo são analisados pelos autores como resposta às políticas históricas de expropriação, confinamento e cercamento impostas pela dominação colonial e capitalista. Trazendo como principais referências bibliográficas escritos da própria Aty Guasu e produções de intelectuais Kaiowa e Guarani, os autores tornam visíveis processos negados pela história oficializada e, por outro lado, reforçam a importância da dimensão cosmológica da luta, na qual as lideranças

espirituais são atores fundamentais. As Grandes Assembleias são analisadas pelos autores como espaços estratégicos de articulação comunitária, que viabilizam e potencializam a retomada dos *tekoha*, enxergada como forma de reexistência, que torna possíveis relações e formas de vida que se aproximam dos modos originários de viver – *teko porã* e *teko araguyje*.

Em “Prácticas de resistencias del CRIC: conceptos estáticos para luchas dinámicas”, Joan Sebastián Olivero Olmos oferece uma profunda revisão bibliográfica sobre os processos de resistência impulsionados pelo Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), organização indígena do Vale do Cauca, na Colômbia, que surge em 1971, desafiando o capitalismo e o Estado. No mapeamento proposto no texto, as formas de resistência engendradas pelos indígenas mobilizados no CRIC são divididas em três categorias: resistência política, cultural e social. Ao retratar a trajetória do CRIC, o autor aponta, notadamente, para a importância das alianças tecidas com outros povos para o fortalecimento e a consolidação dos processos de autonomia. Nesse movimento, fica bem delineada a maneira como as diferentes estratégias de luta do CRIC convergem para o fortalecimento da autonomia dos povos Nasa e Misaq, seja através do autogoverno ou da criação de processos educativos e universidades próprias. O autor conclui sua reflexão questionando a noção de resistência, e propõe uma alternativa, que busca incorporar a dinamicidade das lutas dos povos indígenas.

Apontando para a diversidade e complementariedade das formas de mobilização social indígena, “Povo Potiguara Katu e suas estratégias de luta pela terra: das ações institucionais às ações diretas para recuperar o seu território tradicional”, de Yuri Vasconcelos da Silva, analisa o que seriam as duas principais vias de atuação política do grupo, indicadas no título. No início dos anos 2000, os indígenas da Aldeia Katu, situada nos municípios de Canguaretama e Goianinha, no Rio Grande do Norte, começaram a realizar retomadas de terras, fazendo frente ao avanço da produção de cana e à retirada de madeira – ainda hoje, a reivindicação fundiária se encontra sem providências por parte do Estado. Há quase uma década, o autor acompanha o processo, na dupla posição de pesquisador e servidor da Funai. Nesse quadro, tem observado como a realização de reuniões com representantes do poder público, participação em audiências e proposição de denúncias, entre outras ações, se associam a eventos de ação direta, a exemplo de bloqueios de estradas, ocupação de prédios públicos, fiscalizações do território e à própria retomada. Mesmo enfrentando ameaças, deixa ver o autor, os Potiguara Katu, com sua ação criativa, têm avançado na obtenção de direitos, contribuindo para reverter um longo processo de invisibilização da presença indígena naquele estado.

Lançando seu olhar para a TI Kapinawá, localizada nos municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga, em Pernambuco, Lara Erendira Almeida de Andrade, no artigo “Guerra de conquista e pelejas indígenas: uma cartografia da resistência na Serra do Catimbau”, recua no tempo para recompor mais de três séculos de enfrentamento entre indígenas e não indígenas, com especial atenção aos períodos colonial e imperial. Na

disputa territorial, sobressaem, de um lado, a ação de dominação colonial, em suas múltiplas configurações e heterogeneidades, e, de outro, as variadas formas de atuação indígena, pensadas por meio das noções de resistência, repertório de confronto e tradição de conhecimento. Como deixa ver o texto, a própria conformação contemporânea do povo em foco é intimamente relacionada à luta pela terra: a autodenominação Kapinawá remonta à década de 1970, o tempo do “corte dos arames”, quando os indígenas fizeram frente ao cercamento de seu território pelos fazendeiros invasores. Do percurso do texto – pontuado por dispositivos que a autora chama de cartoetnografias, com a justaposição de mapas, cronologias e legendas –, depreende-se a manutenção das relações entre os indígenas e o território ao longo do tempo, a despeito do esbulho. Assim, a ação indígena é colocada no centro, conectando diretamente os processos contemporâneos de regularização fundiária aos séculos de pelejas indígenas.

Na sequência, em “Retornos e retomadas Pataxó Hãhãhã: notas etnográficas desde o sul da Bahia”, Jurema Machado de Andrade Souza se debruça sobre o “esparramamento” das famílias indígenas, isto é, sua dispersão na esteira do esbulho, bem como sobre os mecanismos desenvolvidos para “juntar o povo”, ou seja, reunir os parentes espalhados por diferentes regiões do país, engajando-os na retomada de suas terras. No quadro de uma longa relação de pesquisa com os Pataxó Hãhãhã, a autora propôs uma periodização em ciclos para o processo de recuperação territorial, compreendido entre 1982 e 2012 – anos, respectivamente, da primeira ação de retomada e do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da nulidade dos títulos incidentes sobre a TI Caramuru-Catarina Paraguassu, localizada nos municípios de Camacan, Itaju do Colônia e Pau Brasil. Aqui, ela focaliza o segundo ciclo de retomadas, que teve lugar entre 1997 e 2000. Para tanto, operando com a noção de regimes de memória, reconstitui em detalhes a trajetória de uma família extensa específica, associada à família étnica Kariri-Sapuyá, uma das coletividades que conformam o etnônimo englobante Pataxó Hãhãhã. Devido à expulsão do território, na década de 1960, alguns dos membros dessa família étnica chegaram a viver no Paraná, retornando posteriormente para atuar na recuperação territorial. Do acompanhamento detido do caso, emergem minúcias da luta, que dão conta dos esforços despendidos pelos Pataxó Hãhãhã em seu caminho de retorno.

Por sua vez, o artigo de Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Fausto Andrade Sataré Mawé e Elieyd Souza de Menezes, “A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor”, aborda a constituição da aldeia pluriétnica Beija-Flor I, no município de Rio Preto da Eva, estado do Amazonas. O texto reconstitui um processo histórico que remonta à chegada àquele território de famílias indígenas de diversos povos, na década de 1990, passando pela ocupação da área, os enfrentamentos ante a especulação imobiliária e a conquista definitiva do território, já em 2019. A partir de uma oficina de mapeamento social realizada em 2007, da qual os autores, pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), participaram como mediadores,

os indígenas da aldeia Beija-Flor I construíram um documento descrevendo a história da comunidade, suas lutas e reivindicações, em que está plasmada a estreita conexão da coletividade com o território, e sua contribuição para a conservação da natureza. Por se tratar de uma aldeia situada no espaço urbano de Rio Preto da Eva, os indígenas, no quadro de suas relações dinâmicas com o ambiente, acabam por incorporar a cidade a seu modo de vida, fazendo com que ela também seja indígena.

O artigo de João Francisco Miró Medeiros Nogueira, “Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M’byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná”, traz um panorama dos processos de ocupação da floresta de araucárias naquele estado, a partir da comparação entre os modos de manejo da paisagem efetuados pelo povo Guarani M’byá da TI Rio Areia, situada no município de Inácio Martins, e por colonos europeus que se instalaram na região a partir do século XIX. Partindo da análise de documentos históricos e fontes orais, o autor mostra como há uma evidente diferença entre esses modelos de ocupação territorial, que acarretam distintas conformações da paisagem. O modo como os indígenas manejam a paisagem de seu território, destaca o texto, tem contribuído historicamente para a conservação da floresta. Nesse percurso, fica evidente ainda a necessidade de repensarmos o modelo predatório dos usos de recursos ambientais.

Concluindo o dossiê, “Os esbulhos dos territórios ancestrais do povo Laklãnõ”, de Jefferson Virgílio, volta-se às inconsistências e incoerências da assim chamada tese do marco temporal, a partir de um resgate histórico do esbulho territorial vivido pelo povo Laklãnõ, em Santa Catarina, no contato com os não indígenas. Destacando nos registros históricos a relação entre a derrubada das matas de araucária e as ofensivas dos colonos contra os Laklãnõ, o autor evidencia a relação de interdependência que o povo mantém com essas florestas, que são fonte de sua subsistência. Nesse movimento, o texto descreve os diferentes processos de esbulho territorial sofridos pelo povo em decorrência de políticas indigenistas atreladas ao “progresso” e ao “desenvolvimento”, como o caso da Barragem Norte, cuja construção se iniciou em 1974 e que inundou parte significativa do território laklãnõ. O entrelaçamento realizado pelo autor entre a tese do marco temporal e a história do contato entre os Laklãnõ, os colonos e os órgãos indigenistas estatais – e que se aplica a muitos outros povos que se vêm afetados por essa tese anti-indígena – aponta com pertinência para a ilegitimidade do dispositivo, que, apesar de ter sido derrubado pelo STF, em decisão de 2023, foi imposto com a aprovação da Lei nº 14.701, de 20 de outubro do mesmo ano.

Por último, apresentamos a capa deste número da revista *Espaço Ameríndio*. A fotografia de Fernanda Ligabue foi produzida durante a Marcha do ATL de 2021, quando o país era governado por Bolsonaro. A união, persistência e coragem dos povos indígenas no enfrentamento às políticas e práticas genocidas daquele governo transbordam da fotografia, que expressa também a determinação com a qual esses povos

vêm conduzindo seus processos de mobilização pelo território e pela vida. Nessa luta travada há séculos, os povos indígenas carregam consigo a memória do esbulho e da resistência de seus antepassados, e erguem a voz contra a perpetuação da destruição dos seus corpos e territórios. Organizando-se e reorganizando-se continuamente, eles recuperam antigas estratégias e criam novas, para fortalecer modos de vida que não se renderão às investidas do capitalismo. Alçando a bandeira dos territórios regularizados, a imagem demanda: demarcação já!

Referências bibliográficas

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE. **Carta dos Povos Indígenas do Brasil aos Três Poderes do Estado**. Brasília, 22 de abril de 2024. Disponível em: <https://apiboficial.org/2024/04/22/vinte-anos-de-acampamento-terra-livre-e-a-urgencia-da-acao/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ALARCON, D. F. **O retorno da terra**: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019.

ALARCON, D. F. **O retorno dos parentes**: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Rio de Janeiro: Laced/E-Papers, 2022.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Vukápanavo**: o despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Rio de Janeiro: Laced/ E-Papers, 2020.

BARONNET, B. **Autonomía y educación indígena**: las escuelas zapatistas de la Selva Lacandona de Chiapas, México. Quito: Abya-Yala, 2012.

BENITES, T. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. v. 1, p. 197-221.

BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. *In*: REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 39-76.

BENSA, A. Antropología, memoria e historia. **Relaciones Estudios de Historia y Sociedad**, n. 152, p. 333-351, 2017.

BONECINI DE ALMEIDA, L. Governos autônomos na Amazônia norte-ocidental peruana: reflexões a partir dos cinco anos do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampis (GTANW). **Tellus** (UCDB), v. 46, p. 283-322, 2022.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANCALEONE, C. **Teoria social, democracia e autonomia**: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista. Rio do Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica. **Proa: Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 2, s/p, 2010.

CRUZ, F. S. M. **Letalidade branca**: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

GUTIÉRREZ LUNA, D. I. “Una verdadera revolución agraria” *con y desde la Matría*: la organización de mujeres zapatistas: Chiapas, México. **Polis**: Revista Latinoamericana, n. 47, p. 1-20, 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação e Cultura**, n. 1, p. 21-35, 2006.

LOURES, R. S. P. **Governo Karodaybi**: o movimento Ipereğ Ayũ e a resistência munduruku. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

MARÉCHAL, C. **Ēg ga ěg kófa tú (A nossa terra é a nossa história)**: território, trabalho, xamanismo e história em retomadas kaingang. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MARÉCHAL, C.; HERMANN, H. W. O xamanismo kaingang como potência decolonizadora. **Horizontes Antropológicos**, n. 51, p. 339-367, 2018.

MONZILAR, E. B. **Aprender o conhecimento a partir da convivência**: uma etnografia indígena da educação e da escola do povo Balatiponé-Umutina, 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NASCIMENTO, R. G. **Rituais de resistência**: experiências pedagógicas Tapeba. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Regime tutelar e faccionalismo**: política e religião em uma reserva Ticuna. Manaus: UEA Edições, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. A luta pela terra como chave analítica para a reorganização da cultura. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). **A reconquista do território**: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. Rio de Janeiro: Laced/E-Papers, 2022. p. 11-36.

SCHILD, J. D. J. I. J. **Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil**: em movimento e movimentando redes. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de

Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SOUZA, J. M. A. **Os Pataxó Hãhãhã e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia.** 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.